

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

Aviso n.º 825/2018

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, se celebrou contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado em período experimental, com início a 2 de janeiro de 2018, na sequência do procedimento concursal aberto por Aviso n.º 15234/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 232 de 5/12/2016, Ref.ª A — o candidato José Manuel Castro Silva para a carreira/categoria de Assistente Operacional (Armazém) e Ref.ª B — o candidato André Alexandre Oliveira Cardoso, para a carreira/categoria de Assistente Operacional (Operador de Estações Elevatórias), com a remuneração correspondente ao 2.º nível remuneratório da Tabela Remuneratória Única, montante pecuniário €580,00, respetivamente.

Para efeitos do estipulado no n.º 1 do artigo 46.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o júri do período experimental será o mesmo do procedimento concursal.

2 de janeiro de 2018. — A Vereadora, *Maria Catarina Lopes Paiva*.

311036528

MUNICÍPIO DE VALONGO

Aviso n.º 826/2018

Para efeitos do estatuído no n.º 6 artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que se encontra afixada no átrio dos Paços do Concelho e publicada na página eletrónica do Município (www.cm-valongo.pt), a lista unitária de ordenação final, devidamente homologada, referente ao procedimento concursal comum de seleção e recrutamento de 1 assistente operacional — telefonista, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, a que se refere o aviso de abertura n.º 4481/2017-referência B, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 81, em 26.04.2017.

4 de janeiro de 2018. — O Presidente da Câmara, *Dr. José Manuel Ribeiro*.

311039225

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA

Aviso n.º 827/2018

Nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, da alínea n), do n.º 2, do artigo 23.º, e alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, da Lei n.º 91/95, de 23 de setembro, com a sua atual redação, conjugada com o artigo 3.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, na sua atual redação, submete-se a consulta pública, pelo período de trinta dias, o projeto de alteração ao Regulamento Específico de Reconversão do Loteamento Clandestino Fonte Santa, em Vialonga, aprovado pela câmara municipal na sua reunião ordinária de 2017/12/20, conforme consta do edital n.º 679/2017, datado de 2017/12/28.

Projeto de alteração ao Regulamento Específico de Reconversão do Loteamento Clandestino Fonte Santa — Vialonga

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

1 — O presente Regulamento faz parte integrante do Pacto da Associação da Câmara de Vila Franca de Xira com os proprietários ou titulares de outros direitos, ónus e encargos, aqui designados como interessados, de lotes ou habitações, situados no loteamento em fase de reconversão, denominado Fonte Santa.

2 — O Regulamento contempla as possíveis situações de cada interessado face à câmara e aos demais interessados. Define critérios de cálculo das participações individuais nos estudos de reconversão e nas obras de infraestruturas, estabelece as respetivas modalidades de pagamento e os inerentes trâmites, e fixa as responsabilidades de cada interessado pelo não cumprimento do pacto ou do próprio Regulamento, através de sanções adequadas.

Artigo 2.º

Determinação dos montantes das participações

1 — De acordo com o plano de reconversão e respetivo estudo económico, executados pela câmara municipal, o loteamento contempla:

Área de reconversão	69,4 ha (aprox.)
Número de lotes	743
Área dos lotes	31,6 ha (aprox.)
Custo do projeto	137 169,42€
Custo das infraestruturas	5 923 609,49€

2 — A participação individual nos custos do projeto e obras das infraestruturas é determinada em função do número de lotes e da área dos mesmos, respetivamente:

a) Projetos:

$$\text{Comp.}_p = \frac{\text{C. P.}}{\text{N. L.}} = \frac{137.169,42\text{€}}{743} = 184,62\text{€}$$

Em que:

Com. — Participação individual;

C.P. — Custo do projeto;

N.L. — Número de lotes.

b) Obras de infraestruturas:

São criados 5 escalões, em função da área dos lotes, para determinação do valor da participação individual, a saber:

- A — Até 300m² — 49 — 6 913,64€
- B — 301 a 400m² — 392 — 7 609,20€
- C — 401 a 500m² — 215 — 8 186,50€
- D — 501 a 700m² — 65 — 8 854,23€
- E — sup. a 700m² — 22 — 9 515,00€

3 — Os lotes com construções executadas ou previstas para mais do que um fogo, bem como as destinadas a exploração de caráter industrial ou comercial, participam ainda, com a importância de 542,53 €.

Artigo 3.º

Formas de pagamento

1 — O pagamento da participação individual pode ser feito:

- a) Por uma só vez;
- b) Em prestações, acordadas entre a câmara e o interessado, a pagar num prazo máximo de 5 (cinco) anos;
- c) Por dação de lotes em pagamento ao município.

2 — No caso de pagamento em prestações:

- a) A primeira prestação será exclusivamente preenchida com o pagamento do custo dos estudos;
- b) As restantes prestações serão determinadas na base do valor da participação individual para as infraestruturas, calculando-se cada uma delas, em amortização e juros, de forma a resultar um conjunto de prestações iguais;
- c) A taxa de juro a aplicar será a de desconto do Banco de Portugal, a qual quando alterada, implicará a atualização do valor das prestações;
- d) No pagamento em prestações é obrigatório o seu caucionamento;
- e) O prazo de pagamento em prestações quando inferior ao limite máximo de 5 (cinco) anos é alterável até aquele limite, mediante requerimento do interessado, desde que os valores a pagar não se encontrem em atraso.

3 — Prazo excecional

No quadro das situações previstas no artigo sobre prestações — “Consequências do não pagamento”, e para além do prazo máximo de 5 anos, poderá a câmara municipal, mediante deliberação a tomar no corrente ano de 1996, prorrogar o prazo de pagamento do valor em dívida por um período excecional até ao limite máximo de 3 anos (99/12/31).

Artigo 4.º

Agravamento e atualizações

1 — Agravamentos:

- a) Considerando que a reconversão presente, tem como objetivo principal a criação de condições para que os interessados possam construir a sua habitação legalmente, os custos das obras de infraestruturas serão